

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
COM ÊNFASE EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO
CAMPUS CUITÉ**

MARIA DE LOURDES DE LIMA FARIAS

**ASSOCIATIVISMO E PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
ADOTADOS NA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E
FRUTICULTORES DE NOVA FLORESTA**

CUITÉ/PB

2017

MARIA DE LOURDES DE LIMA FARIAS

**ASSOCIATIVISMO E PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
ADOTADOS NA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E
FRUTICULTORES DE NOVA FLORESTA**

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária no semiárido paraibano como pré-requisitos para obtenção de título de especialista.

ORIENTADOR: Prof.º Dr. JOSÉ JUSTINO FILHO

CUITÉ/PB

2017



Biblioteca Setorial do CES.

Julho de 2021.

Cuité - PB

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

F224a **Farias, Maria de Lourdes de Lima.**

Associativismo e práticas de economia solidária adotados na Associação de Agricultores e Fruticultores de Nova Floresta. / Maria de Lourdes de Lima Farias. – Cuité: CES, 2017.

46 fl.

Monografia (Especialização em educação de jovens e adultos com ênfase em economia solidária) – Centro de Educação e Saúde / UFPG, 2017.

Orientador: Dr. José Justino Filho.

**1. Economia solidária. 2. Agricultura familiar. 3. AFRUNOF.
I. Título.**

Biblioteca do CES - UFPG

CDU 330.873

MARIA DE LOURDES DE LIMA FARIAS

**ASSOCIATIVISMO E PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
ADOTADOS NA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E
FRUTICULTORES DE NOVA FLORESTA**

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária no semiárido paraibano como pré-requisitos para obtenção de título de especialista.

Aprovada em _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr. José Justino Filho (Orientador)

Prof.º Dr. Claudia Patrícia F. dos Santos UFCG/CES (Titular)

Prof.º Dr. Ramilton Marinho da Costa UFCG/CES (Titular)

Prof.º Dr. Letícia Caporlândia Giesta UFCG/ CES (Suplente)

I UFCG/BIBLIOTECA

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AFRUNOF - Associação de Agricultores e Fruticultores de Nova Floresta
- APROUNI - Associação dos Produtores Unificados
- CNES - Conselho Nacional de Economia Solidária
- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
- DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf
- ECOSOL - Economia Solidária
- EJA - Educação de Jovens e Adultos
- EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária
- FENAGRI - Feira Nacional de Agricultura Irrigada
- FRUTAL - Feira de Fruticultura e Floricultura do Ceará
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
- MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário
- PAA - Programa de aquisição de alimentos
- PNAE - Programa nacional de alimentação escolar
- PROCASE - Projeto de desenvolvimento do Cariri
- PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- SCJS - Sistema Brasileiro de Comercio Justo e Solidário
- SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas
- SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
- UNISOL BRASIL – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Percentual do Estado civil dos associados.....	27
Figura 2 – Faixa etária dos associados.....	27
Figura 3 - Grau de instrução.....	28
Figura 4 – percentual de associados que possui outra ocupação além da agricultura	29
Figura 5 – Percentual dos alimentos produzidos.....	29
Figura 6 – Tempo como membro associado.....	30

RESUMO

A Associação de Agricultores e Fruticultores de Nova Floresta (AFRUNOF) é uma entidade civil, sem fins lucrativos, sem sede fixa determinada, de responsabilidades de todos os sócios, tendo como objetivo a prestação de serviços que venha contribuir para a organização e integração social dos agricultores e fruticultores do município de Nova Floresta-PB, melhorando a qualidade de vida das pessoas. A Afrunof hoje possui 40 associados, na sua maioria agricultores familiares, da cidade de Nova Floresta que produzem e comercializam frutas *in natura* como o maracujá (principal produto). O objetivo desta pesquisa é analisar as práticas de economia solidária adotadas na Afrunof. A pesquisa insere-se numa abordagem quanti-qualitativa. Os procedimentos metodológicos aplicados foram observação, entrevista semiestruturada e aplicação de questionários aos associados. Os resultados obtidos demonstraram que a Afrunof é caracterizada como uma associação autogestionária. A mesma auxilia na comercialização dos produtos dos associados através dos programas governamentais PAA e PNAE. A Afrunof fornece assistência técnica e promove capacitações para os associados. Os resultados também demonstraram pouco entendimento dos associados referentes às questões associativistas e de economia solidária. Concluímos que os valores de ECOSOL são praticados na associação de forma implícita pelos associados, pois os mesmos não entendem a economia solidária, apesar do tema já ter sido abordado na associação. A Afrunof é caracterizada como uma associação autogestionária, mas apesar de seus membros terem direito a participar das decisões, observou-se uma concepção política ainda tímida dos associados, demonstrada no pouco envolvimento dos seus membros nas discussões pertinentes ao funcionamento, organização e administração da Afrunof, demonstrando pouca compreensão dos associados enquanto organização coletiva democrática e participativa. Tanto o associativismo quanto a economia solidária são meios de promover a inclusão social dos trabalhadores rurais na sociedade. Os valores de economia solidária estão presentes na Afrunof, na forma como ela é gerida, na relação de ajuda mútua e união entre os associados, mas esses valores precisam ser melhor estimulados de modo que ultrapassem as portas da associação e cheguem a comunidade local, promovendo no município uma transformação social, política e cidadã. Na falta de políticas públicas efetivas na região, a economia solidária pode tornar-se uma alternativa para os pequenos produtores por se tratar de uma nova forma de fazer economia. Concluímos também que existem alguns obstáculos a serem superados pela associação: o estímulo a participação das mulheres nas atividades associativas, pois percebeu-se, durante a pesquisa, uma ausência da presença feminina, bem como incentivo aos associados a voltarem para a escola para que possam concluir seus estudos e assim despertar para uma consciência mais crítica, autônoma e participativa. A Afrunof tem potencial para superar esses desafios, pois a mesma vem desenvolvendo ao longo de quase nove anos um trabalho bastante significativo na vida dos associados.

PALAVRAS-CHAVES: Afrunof, Agricultura familiar, Economia Solidária.

ABSTRACT

The Association of Farmers and Fruit Growers of New Forest (AFRUNOF) is a non-profit, non-profit organization with no fixed headquarters, with responsibilities of all partners, with the objective of providing services that contribute to the organization and social integration of Farmers and fruit growers in the municipality of Nova Floresta-PB, improving people's quality of life. Today, Afrunof has 40 members, mostly family farmers, from the city of Nova Floresta who produce and market fresh fruits such as passion fruit (main product). The objective of this research is to analyze the practices of solidarity economy adopted in Afrunof. The research is part of a quantitative-qualitative approach. The methodological procedures applied were observation, semi-structured interview and application of questionnaires to the associates. The results obtained demonstrated that Afrunof is characterized as a self-managing association. It assists in the marketing of members' products through the government programs PAA and PNAE. Afrunof provides technical assistance and training for its members. The results also showed little understanding of the associates regarding associative and solidarity economy issues. We conclude that the values of ECOSOL are implicitly associated with the members, since they do not understand the solidarity economy, although the subject has already been addressed in the association. Afrunof is characterized as a self-managed association, but although its members have a right to participate in the decisions, there has been a still timid political conception of the associates, demonstrated in the little involvement of its members in the discussions related to the functioning, organization and administration of Afrunof, Demonstrating little understanding of the associates as a democratic and participatory collective organization. Both associativism and solidarity economy are ways of promoting the social inclusion of rural workers in society. The values of solidarity economy are present in Afrunof, in the way it is managed, in the relationship of mutual aid and union among associates, but these values need to be better stimulated so that they go beyond the doors of the association and reach the local community, promoting In the municipality a social, political and citizen transformation. In the absence of effective public policies in the region, solidarity economy can become an alternative for small producers because it is a new way of making savings. We also conclude that there are some obstacles to be overcome by the association: the stimulation of the participation of women in associative activities, since during the research there was an absence of female presence, as well as encouraging the members to return to school so that they can Complete their studies and thus awaken to a more critical, autonomous and participatory awareness. Afrunof has the potential to overcome these challenges, since it has been developing a significant work in the life of the associates over almost nine years.

KEY WORDS: Afrunof, Family Agriculture, Solidarity Economy.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1	Capitalismo, Associativismo e Economia Solidária	11
2.2	Economia solidária e Agricultura familiar	19
2.3	Associação de Agricultores e Fruticultores de Nova Floresta (Afrunof): Histórico	22
3	METODOLOGIA	25
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	27
4.1	Perfil dos Associados	27
4.2	Sobre a Associação	30
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
	APÊNDICE A	44

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é a principal atividade econômica de diversas regiões brasileiras, principalmente da região nordeste, sendo a principal fonte de renda de muitas famílias. A maioria dos produtores é de pequenos proprietários, que cultivam principalmente as lavouras de subsistência. Com relação à agricultura paraibana no semiárido, em especial, o território do Curimataú, tem sua base na produção familiar, mas apesar de constituir a atividade econômica mais importante para o estado, a agricultura paraibana apresenta uma produtividade muito baixa. Essa baixa produtividade deve-se, primeiramente, aos métodos rudimentares ainda utilizados nas plantações. Porém, esses métodos rudimentares são apenas consequências de problemas maiores de ordem sócio-político-econômica, principalmente a ausência de programas educacionais que possam melhorar o nível técnico do agricultor. Entretanto, é comum a atribuição da baixa produtividade a fatores naturais, como a seca e as chuvas irregulares, para justificar a fragilidade da agricultura paraibana. A dependência de atravessadores, a desorganização do processo produtivo, ausência de capacitação e assistência técnica adequada, a escassez de crédito e a limitação de mercado, juntamente com a ocorrência de longos períodos de estiagem, constituem-se nos principais entraves para o desenvolvimento de uma produção rural eficiente no Curimataú paraibano. Mesmo assim, a agricultura ainda se destaca como uma das principais atividades econômicas paraibanas, com destaque para a produção de alimentos pelas unidades de produção familiar.

As principais culturas desenvolvidas no Território do Curimataú destacam-se os produtos alimentares de subsistência como o milho, feijão, mandioca e batata doce, além de produtos da fruticultura como o caju e a manga. Apesar da seca que atingi o Estado nos últimos anos, a fruticultura vem se destacando no Curimataú, através do processo de irrigação. Os agricultores vêm investindo nesse segmento, comercializando frutas *in natura* e polpas de frutas para o mercado interno e externo. A produção agrícola de frutas necessita do clima adequado e de abastecimento de água suficiente para a irrigação. Na Paraíba, o Curimataú é uma das poucas regiões que oferece as condições propícias para essa atividade. As frutas que mais se destacam na comercialização no Curimataú é o caju, a graviola, o maracujá e a manga.

Nova Floresta é um município brasileiro situado no estado da Paraíba, localizado na microrregião do Curimataú Ocidental. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010 sua população era em 10 533 habitantes. Área territorial de 59 km².

A principal atividade econômica de Nova Floresta sempre foi a agricultura. Inicialmente, a economia era baseada nas lavouras de subsistência, principalmente o cultivo de mandioca, milho e feijão. Mas a comercialização do sisal se destacou a parti da década de 60, com o passar dos anos o sisal foi deixando de ser um dos principais produtos comercializados na região e hoje a economia de Nova Floresta tem na agricultura e fruticultura um meio de geração de trabalho e renda.

Como a maioria das cidades paraibanas, a agricultura de Nova Floresta ainda apresenta baixa produtividade, além da seca que atinge as cidades do Curimataú e região que dificulta a produção dos agricultores, outros fatores como a falta de assistência técnica especializada também corrobora com a baixa produtividade. Além desses problemas os agricultores florestenses também enfrentam dificuldades na comercialização dos seus produtos. O mercado capitalista é desfavorável para os pequenos produtores, que não dispõem de recursos financeiros para investir nas suas lavouras. Os produtores agrícolas de Nova Floresta, geralmente, comercializam seus produtos nas feiras livres da região ou entregam seus produtos a atravessadores, o que traz perdas para o agricultor, pois, nem sempre a negociação sai a um preço justo. Na ultima década, o governo vem desenvolvendo políticas públicas na agricultura familiar com a intenção de minimizar os problemas enfrentados pelo pequeno produtor rural.

Nos últimos anos, a agricultura de Nova Floresta vem se desenvolvendo. Além de feijão, milho e mandioca os agricultores investiram na fruticultura para aumentar sua renda, o maracujá é o principal produto. No ano de 2015 foram produzidas 700 toneladas do fruto na cidade, segundo o IBGE, mas a goiaba e a manga também se destacam.

A maioria dos agricultores e fruticultores de Nova Floresta é composta por pequenos proprietários de terra que trabalham juntamente com suas famílias na produção de frutas e hortaliças. Devido a dificuldade de inserção no mercado, os agricultores florestenses resolveram se reunir e trabalhar de forma cooperada, através da criação de uma associação, para ganhar mais espaço no mercado comercial e assim possibilitar uma melhoria nas condições de trabalho e renda.

A associação dos produtores rurais de Nova Floresta, Paraíba, foi criada em Maio de 2008 com a denominação de Associação de Agricultores e Fruticultores de Nova Floresta (AFRUNOF). A AFRUNOF é uma associação civil, sem fins econômicos, tendo como objetivo a prestação de serviços, visando contribuir para a organização e integração social dos agricultores e fruticultores do município, melhorando a qualidade de vida das pessoas.

A Afrunof hoje conta com 40 associados, na sua maioria agricultores familiares, da cidade de Nova Floresta que produzem e comercializam frutas *in natura* como o maracujá (principal produto) e goiaba, além de hortaliças como alface e couve-flor, entre outros.

O interesse de pesquisar essa associação surgiu da curiosidade e necessidade de conhecer melhor uma organização autogestionária e relacionar as ações desenvolvidas na mesma com a economia solidária, que é a temática do curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campus Cuité. Conhecer na prática uma organização onde a gestão participativa existe é fundamental para a construção do conhecimento acerca do objeto de estudo.

A economia solidária é outro modo de produção, baseada na propriedade coletiva de bens e capital, é um processo alternativo para a democratização econômica centrada na valorização do ser humano e não no lucro. A economia solidária, ou economia popular, tem sido implantada em diversas localidades tendo como meta inserir trabalhadores no processo de trabalho diminuindo assim a exclusão social. Baseada em alguns princípios como autogestão, cooperação, solidariedade e viabilidade econômica, essa nova forma de produzir e comercializar vem crescendo cada vez mais. É dentro de associações ou de cooperativas que as ações de economia solidária são geralmente desenvolvidas, essas organizações trabalham sob a forma de autogestão e são criadas com o objetivo de buscar soluções para um problema comum aos associados, seja ele social ou econômico.

As associações comerciais como a Afrunof surgem de modo a promover uma melhor abrangência comercial de seus produtos. Sendo assim, é necessário verificar os princípios de economia solidária presentes nessas organizações, uma vez que a economia solidária como base da organização cooperativa pode contribuir consideravelmente para a melhoria de vida dos associados, seja no aspecto econômico, social e/ou educacional. Levando em consideração que são poucos os estudos que demonstram o desenvolvimento organizacional dessas associações que se baseiam na economia solidária, considero de importante relevância esta pesquisa.

Este trabalho foi realizado através de um estudo de caso sobre a Associação de Agricultores e fruticultores de Nova Floresta-AFRUNOF, do Município de Nova Floresta, Paraíba. A pesquisa insere-se numa abordagem quanti-qualitativa, os procedimentos metodológicos aplicados foram observação, entrevista semiestruturada e aplicação de questionários aos associados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CAPITALISMO, ASSOCIATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

O comércio é uma relação social que envolve a compra e venda ou intercâmbio de produtos, serviços e valores. No capitalismo, o comércio é praticado sob as relações de concorrência nas disputas de mercado, onde aquele que consegue vender mais adquire mais lucro e acumula mais riquezas.

No capitalismo, as grandes empresas, as chamadas multinacionais, são as que detêm todo o poder econômico e financeiro mundial, pois são elas que controlam os meios de produção, financiamento e comercialização em diversas partes do mundo. Essas empresas influenciam nas decisões de organizações internacionais que regulam as regras do comércio local e mundial, deixando os pequenos produtores e pequenos comerciantes a mercê das decisões por elas tomadas, já que os mesmos não têm influência nas decisões políticas sobre comércio, preços e financiamento.

A atividade econômica de uma região está associada à administração dos recursos financeiros, seja para suprir as demandas de bens e serviços necessários aos indivíduos ou para adquirir lucro, elemento este que motiva a atividade capitalista vigente. Cabe ao setor público, como representante social, regular as regras de oferta e demanda, sendo que o setor público é incapaz de resolver os problemas de mercado, deixando que o setor privado ofereça a sociedade os bens e serviços necessários à manutenção da vida econômica, mas a medida que a iniciativa privada fornece bens e serviços gerando emprego e renda, também contribui para o aumento das desigualdades sociais, uma vez que a distribuição e utilização dos recursos financeiros vai se concentrar nas mãos de poucos.

Em contrapartida ao comércio convencional, surgiu nas últimas décadas, a atividade comercial denominada de comércio justo, uma maneira encontrada para facilitar a comercialização dos produtores dos países do sul com os países do norte pagando-lhes um preço justo pelos produtos, já que os mesmos não podiam aceder às vias tradicionais de exportação. Atualmente, o comércio justo é uma iniciativa desenvolvida mundialmente.

Como movimento mundial, o comércio justo tem duas características principais: valorização do trabalho respondendo as expectativas dos produtores e dos consumidores e respeito aos direitos humanos e ambientais. No Brasil, o comércio justo também vem

crescendo nas últimas décadas numa perspectiva de desenvolvimento comercial humano, solidário e sustentável. Os empreendimentos baseados na economia solidária são os principais protagonistas e incentivadores do comércio justo e solidário.

O sistema capitalista de produção vem, ao longo das últimas décadas, sofrendo uma crise financeira, que afeta, principalmente, as classes menos favorecidas. Com o aumento do desemprego, diminuí também as oportunidades de crescimento de milhões de trabalhadores. Em meio às crises do capitalismo, a economia solidária surge como uma alternativa para a geração de renda e inclusão social, uma vez que esse novo modo de fazer economia está mais preocupada com o bem estar da população do que com o crescimento advindo do lucro. “Hoje, a economia solidária destaca-se como um rico processo em curso, regido pelos princípios da solidariedade, da sustentabilidade, da inclusão social e da emancipação” (GADOTTI, 2009, p.25).

Verifica-se no Brasil, atualmente, uma crescente organização da economia solidária enquanto um movimento, promovendo cada vez mais sua inserção nas cadeias produtivas e orientando-se para a articulação nacional da configuração e estabelecimento de uma plataforma comum de ECOSOL.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é o principal instrumento do movimento de incentivo à Economia Solidária. Ele constitui um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico para o Brasil. Sob a coordenação da secretaria nacional de economia solidária (SENAES) o governo federal em parceria com as principais organizações da economia solidária e do comércio justo, vem desenvolvendo ações que incentivem as políticas de comercialização por parte dos estados aos empreendimentos solidários e autogestionários baseados nos princípios da solidariedade e da justiça social.

MANCE (2003) cita o comércio solidário como prática da economia solidária, em sua publicação ela diz que:

[...] o comércio solidário se caracteriza por pequenos produtores do terceiro mundo que têm dificuldades de acesso ao mercado e se organizam em empreendimentos que buscam ser ecologicamente corretos e nos quais se combate qualquer forma de exploração ou opressão. (MANCE, 2003, P.73).

A comercialização é a etapa mais difícil de todo empreendimento solidário, pois necessita cumprir uma série de normas e padrões exigidos pelo mercado consumidor e órgãos de

fiscalização, como, por exemplo, rótulos contendo informações sobre o produto, no caso de alimentos. Apesar das relações comerciais não acontecerem apenas através da compra e venda de bens e/ou serviços, acontecendo também através de trocas (escambo), a maioria dos empreendimentos solidários não consegue ser bem sucedidos, visto que, não conhece as normas para a comercialização, pois não tem acesso a cursos de qualificação ou de gestão de empreendimentos, dentre outros. Sem contar que a comercialização é dificultada pelo fato de que os produtos solidários não são conhecidos por grande parte dos consumidores como os demais produtos, que estão sobre influência constante da publicidade.

As associações e cooperativas do meio rural, os produtos do artesanato e do agronegócio são os que encontram mais oportunidades no comércio justo, pois o mesmo constitui uma alternativa viável para a comercialização de produtos de segmentos que encontram dificuldades de inserção no mercado convencional.

Comércio justo é aquele que prioriza a pessoa ao invés do lucro, que estabelece boas condições de trabalho e comércio que utiliza matérias, tecnologias e práticas apropriadas que não agredem o meio ambiente, que assegura um preço justo aos produtores, preço que assegure um rendimento. Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e pequenas Empresas (SEBRAE) “O Comércio Justo e Solidário permite o acesso de pequenos negócios ao mercado de forma diferenciada, por meio da valorização do produto e produção sustentável”.

O comércio justo da economia solidária é baseado nos valores da solidariedade e autogestão assegurando a igualdade em todas as relações nas cadeias econômicas de produção, comercialização e consumo. As atividades devem pautar-se em alguns princípios tais como:

- Fortalecimento da democracia no desenvolvimento das atividades de produção e comercialização justa e solidária;
- Garantia de condições justas de produção, visando a sustentabilidade econômica, socioambiental e a qualidade do produto em toda cadeia produtiva;
- Apoio ao desenvolvimento local de forma comprometida com o bem estar socioeconômico e cultural da comunidade, promovendo a inclusão social através da geração de trabalho e renda;
- Garantia de informação ao consumidor, primando pela transparência nas relações de produção, comercialização e consumo;
- Educação para o consumo consciente e solidário;

- Estabelecimento de preços justos que ofereçam uma remuneração justa ao produtor e ao consumidor visando o bem-estar de todos e que sejam formulados em comum acordo entre produtor, comerciante e consumidor. (Cartilha do comercio justo, 2010).

Em termos sociais e ambientais o sistema capitalista vigente, hoje, está se tornando inviável, fazendo necessário buscar alternativas capazes de promover uma economia socialmente e ambientalmente sustentável. O comercio justo como característica da economia solidária traz alternativas possíveis para uma comercialização mais justa e também para um consumo mais consciente. “A prática do consumo crítico possibilita a construção de uma nova economia que distribui a renda de maneira justa, e preserva o meio ambiente”. (MANCE, 2003, P74).

Apesar de ser uma alternativa viável para um desenvolvimento sustentável, o comercio justo e solidário enfrenta alguns desafios, sendo o principal deles, criar canais integrados de comercialização de produtos provenientes de empreendimentos solidários, da agricultura familiar e da produção orgânica. Como estratégia para superar esses desafios, o governo brasileiro criou o Sistema Brasileiro de Comercio justo e Solidário (SCJS), para assegurar legalmente que os empreendimentos solidários possam comercializar seus produtos e serviços com o selo de produto ou serviço de comercio justo e solidário, no DECRETO Nº 7.358, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário – SCJS, para coordenar as ações do Governo Federal voltadas ao reconhecimento de práticas de comércio justo e solidário e à sua promoção.

Sendo o decreto uma forma de favorecer a sustentabilidade econômica desses empreendimentos, apoiar os processos de educação para o consumo, com vistas à adoção de hábitos sustentáveis e também expandir e consolidar a economia solidária no país. A economia solidária vem sendo debatida no meio acadêmico, nas últimas décadas, como um meio viável de superar as crises econômicas advindas do capitalismo e conseqüentemente adquirir melhorias nas condições de vida de milhões de brasileiros.

Segundo Paul Singer, o pioneiro nos estudos da economia solidária no Brasil, a economia solidária é entendida como:

[...] Outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade

individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. (SINGER, 2002, p. 10).

Para Singer, a economia solidária é baseada em alguns princípios ideológicos como, solidariedade, participação, igualdade e cooperação, e que esses valores podem ser alcançados se homens e mulheres trabalharem de forma cooperada, através da autogestão. Segundo tal autor, as experiências autogestionárias oferecem condições necessárias para pôr em prática tais valores.

Esse modelo de autogestão geralmente está presente nas cooperativas e associações e é a autogestão que caracteriza um empreendimento baseado nos princípios de economia solidária. Nas organizações autogestionárias não existe patrão nem empregados, pois todos os/as integrantes do empreendimento (associação ou cooperativa) são, ao mesmo tempo, trabalhadores e donos, há divisão dos ganhos e perdas financeiras da empresa de forma igualitária e as decisões são tomadas de forma democrática com a participação de todos os membros associados.

Segundo Singer, os empreendimentos autogestionários são uma forma de superar a exclusão social e de promover uma educação crítica e emancipatória:

[...] A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e de decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. (SINGER, 2002 p. 21)

A secretária nacional de economia solidária (SENAES), criada em 2003, estabelece a autogestão, a cooperação, a ação econômica e a solidariedade como caracterizadores dos empreendimentos solidários. Compreender esses valores é importante, pois são eles caracterizam os empreendimentos solidários existentes no Brasil.

Outros autores como GAIGER (2003, p135) apud RANGEL (2010) também apresentam esses princípios como caracterizadores dos empreendimentos solidários, para o autor os empreendimentos econômicos e solidários (EES) são constituídos de diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Na concepção do autor o grupo

associativo deve compartilhar toda a gestão, minimizando sempre que possível a presença de relações assalariadas.

Os valores de solidariedade e cooperação também devem estar presentes no campo econômico, cada sócio deve deixar de lado o individualismo, presente no capitalismo, enquanto ideologia, onde cada um visa vender caro e comprar barato para alcançar um bom lucro. Na economia solidária, a solidariedade e a cooperação quando posta em prática, no campo econômico, permite que todos ganhem. Empiricamente, quando várias pessoas dividem uma mesma tarefa produz-se mais com menos esforços do que quando uma única pessoa realiza todo o processo do trabalho. Para Gadotti (2009) “O ato de cooperar é uma forma de trabalho em que muitos trabalham para o mesmo fim. A cooperação das pessoas no trabalho é um dos maiores avanços da humanidade”. Sendo assim, fica claro que esses valores são de extrema importância para que o empreendimento econômico solidário, seja ele associação, cooperativa ou grupos informais, alcance os resultados almejados na economia e na gestão.

Um dos modelos de empreendimentos autogestionários que tem se formado em diversas regiões brasileiras e que tem ganhado atenção do governo nos últimos anos, é a prática de associações e cooperativas de agricultura familiar. O associativismo como, política representativa, busca soluções aos interesses de seus sócios, por meio da cooperação e autogestão, favorecendo o exercício da democracia e cidadania.

As associações constituem-se pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos, segundo o Artigo 53, do Código Civil Brasileiro, podendo existir em vários setores da atividade humana são organizações criadas com finalidade de defender os interesses dos associados, sejam os motivos sociais, filantrópicos, econômicos ou culturais.

Existem vários modelos desse tipo de organização, todas de modo geral não têm a atividade lucrativa como finalidade, mas buscam defender os interesses dos seus associados. Um dos modelos mais comum são as associações de produtores, que incluem pequenos produtores rurais e também artesãos que buscam geralmente melhorias nas suas atividades produtivas e representação política. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), as associações de trabalhadores rurais são criadas com o intuito de promover uma maior participação no mercado comercial, com os sócios trabalhando de forma cooperada podem competir no mercado em melhores condições de concorrência. O trabalho coletivo dos associados melhora a produção e a comercialização dos seus produtos, tornando-os muito mais rentáveis.

As organizações de agricultores, associações e cooperativas, caracterizam-se por desenvolverem atividades econômicas baseadas na gestão democrática, dada a competitividade do sistema capitalista essa organização coletiva promove condições mais favoráveis para que seus produtos ganhem destaque no mercado.

São notórios os benefícios trazidos pelas associações a grupos como de pequenos agricultores familiares e um dos fatores que contribuem para a sustentabilidade dessas organizações é o trabalho voltado para a economia solidária. A sustentabilidade dos empreendimentos associativos, voltados para a economia solidaria, parte do pressuposto que seus integrantes conheçam as condições necessárias para que a atividade que desenvolvem, ou pretendem implementar, tenha maior chance de êxito, para isso é necessário um estudo de viabilidade. (Kraychete, 2007, p.49). Para a autor o estudo de viabilidade é:

[...] um *processo de aprendizado* de todos os participantes do empreendimento, direcionado para o conhecimento de todos os aspectos da atividade que realizam. É um dispositivo que instiga os integrantes do grupo a refletir sobre a organização e as peculiaridades do processo de trabalho, sobre o que cabe a cada um fazer e por que, sobre as relações de cada um com os outros e sobre as relações com o seu entorno – seja a comunidade local, a família, o mercado, as entidades de apoio e fomento, o Estado ou as diferentes esferas do governo. Ele não se restringe, portanto, aos aspectos estritamente econômicos. (Kraychete, 2007, p.49)

O estudo possibilita aumentar a capacidade do grupo de intervir e influir na realidade em que vive, portanto, o estudo de viabilidade se faz necessário, não apenas como uma questão técnica, mas também política e educativa.

A economia solidária é muito mais do que um meio de viabilizar o desenvolvimento das classes econômicas mais baixas, que necessitam aumentar sua renda, ela têm um papel fundamental de transformação da sociedade, vivemos num mundo extremamente capitalista, com renda concentrada nas mãos de grandes empresários e empreiteiros, a economia solidária visa uma melhor distribuição de riquezas, investindo sempre na emancipação do trabalhador e na sua formação profissional e cidadã.

O modelo econômico vigente exclui aqueles que não possuem habilidades para se inserir e manter-se no mercado, deixando sem emprego e na pobreza milhões de brasileiro que possui baixa ou nenhuma escolaridade. Uma nova formação cultural, diferente daquela adquirida no capitalismo, faz-se necessária para transformar essa sociedade tão excludente. No entanto, o desafio pedagógico é reeducar as pessoas acostumadas ao sistema capitalista para o trabalho colaborativo, pois só a cooperação capacita as pessoas para a pratica da economia solidária.

[...] a prática da economia solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam re-educadas (...). Essa re-educação coletiva representa um desafio pedagógico, pois se trata de passar a cada membro do grupo outra visão de como a economia de mercado pode funcionar e do relacionamento cooperativo entre sócios, para que a economia solidária dê os resultados almejados. Essa visão não pode ser formulada e transmitida em termos teóricos, apenas em linhas gerais e abstratas. O verdadeiro aprendizado dá-se com a prática, pois o comportamento econômico solidário só existe quando é recíproco. Trata-se de uma grande variedade de práticas de ajuda mútua e de tomadas coletivas de decisão cuja vivência é indispensável para que os agentes possam aprender o que deles se espera e o que devem esperar dos outros. (Singer, 2005, p. 16)

Essa reeducação para a solidariedade e para a gestão colaborativa se faz necessário para que o individualismo, presente nas mentes capitalistas, seja substituído pelo pensar no bem estar do outro. Para GADOTTI (2009) essa educação é necessária para que as pessoas envolvidas em empreendimentos solidários compreendam sua empresa e a administrem de forma adequada.

Para SINGER, 2003, a economia solidária:

[...] Gira em torno da ideia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas. O conceito se refere às organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por suas especificidades: a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos. (SINGER, 2003, p. 116)

Os valores de solidariedade e cooperação precisam ser inseridos na sociedade de modo a promover um pensamento mais crítico e coletivo. A educação tem papel fundamental nesse processo, pois só ela, com sua capacidade transformadora, consegue mudar a mente do ser humano, sua capacidade de intervenção atinge as diversas esferas humanas, sociais e econômicas.

O conceito de educação é amplo e diversificado, o processo formativo pode ocorrer em vários espaços tanto formais, aquela que ocorre de forma intencional nos espaços escolarizados, quanto não-formal, processo intencional sem obtenção de títulos, e informal, aquele que ocorre na convivência cotidiana. Um dos conceitos mais discutidos nos últimos tempos é o da educação popular, idealizada por Paulo Freire, a proposta da educação popular

é integrar o saber do povo na construção de novos saberes. BRANDÃO (2008) diz que a educação popular deve promover transformações efetivas, primeiro no nível das consciências individuais e de culturas coletivas, conseqüentemente na sociedade, causando assim mudanças nas estruturas sociais regidas por princípios, valores e motivos capitalistas.

A economia solidária integra a educação popular, pois promove mudanças sociais, através da geração de trabalho e renda, que levam a inclusão social. É imprescindível, nos dias de hoje, educar os indivíduos para pensar mais no próximo, para pensar no mundo que deixaremos para as gerações futuras e a escola tem o papel de promover essa reflexão. Como instituição formadora de cidadãos conscientes ela deve apresentar formas alternativas de sobrevivência. Como diz SINGER (2005, pag. 19) “à economia solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe uma nova prática social e um entendimento novo dessa prática”. É nessa perspectiva que a economia solidária necessita ser implementada nas instituições de ensino, principalmente, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), pois é nessa modalidade que se encontram a classe trabalhadora, as maiores vítimas do sistema capitalista.

As políticas educacionais para a EJA visa falar a língua do educando, por meios de um currículo específico em que os processos metodológicos e didáticos valorizem suas vivências e experiências enfocando sempre nas práticas educativas que priorize a construção de uma consciência crítica no educando. A EJA deve casar educação e trabalho (ARRUDA, 2005), visto que grande parte do alunado da EJA é constituída de trabalhadores, como artesãos, donas de casa, empregadas domésticas e agricultores que têm como prioridade o sustento de si e de sua família. É nesse aspecto que a economia solidária pode ser inserida na EJA, como uma possibilidade de casar trabalho e educação, numa perspectiva emancipatória. Essa modalidade de ensino, quando atende as exigências e expectativas do seu público, apresenta aproximações com a educação popular e libertadora.

2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar é definida como aquela em que a gestão é feita pelos proprietários, onde os mesmo estão ligados por laços de parentesco. O trabalho é fundamentalmente familiar e o capital pertence à família (ABRAMOVAY, 2004). Ela é caracterizada pela produção agrícola em pequenas e médias propriedades de terra, com mão de obra da própria família.

A Lei Federal nº 11.326/06 diz que:

Art. 3º considera-se agricultor familiar àquele que pratica atividades no meio rural de acordo com determinado limite de área, utilização de mão-de-obra da própria família, tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, direção do estabelecimento com sua família (Lei Federal nº 11.326/06).

A agricultura familiar difere da agricultura patronal, pois, nesse último, pode existir a mão de obra assalariada. Historicamente, a agricultura familiar é caracterizada pelo trabalho realizado pelos membros da família, com intuito apenas de adquirir renda para a manutenção da mesma.

A produção agrícola brasileira tem sua origem no período colonial com a monocultura para exportação e desde então vem sofrendo modificações sob influência dos acontecimentos políticos, sociais e econômicos que atingem o Brasil. Com o governo, sempre apoiando os grandes proprietários, o pequeno produtor sempre esteve à margem das políticas agrárias o que contribuiu para a exclusão do homem do campo. Durante o período de modernização das técnicas agrícolas do Brasil, a partir de 1960, os incentivos em créditos e pesquisas, foram direcionados a agricultura latifundiária moderna, aos produtos destinados a exportação, o que dificultou a manutenção do pequeno produtor rural no campo, que sem meios de investir na sua produção e com baixas condições de inserção no mercado se via obrigado a deixar a zona rural para tentar a sorte na cidade grande.

Apenas a partir da década de 90 que a agricultura familiar passou a ser vista com mais atenção no cenário socioeconômico brasileiro. Pressionados pelo movimento sindical dos agricultores que exigiam investimentos na área e reconhecimento como atividade comercial, o governo criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Para CAZELLA, MATTEI E SCHNEIDER (2004) o PRONAF foi formulado como resposta do Estado às pressões do movimento sindical rural, realizadas desde o final da década de 1980. O PRONAF trata-se de um programa que visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares.

Para SCHNEIDER *apud* MESQUITA 2012 a expressão agricultura familiar:

[...] surge como uma noção de convergência e unificadora dos interesses dos pequenos proprietários rurais que se julgavam não apenas preteridos politicamente da integração, mas afetados economicamente, uma vez que a abertura comercial ameaçava

determinados setores da agricultura brasileira em razão das diferenças de competitividade dos seus produtos [...] (SCHNEIDER 2003, p. 30).

Com a criação do Pronaf e, posteriormente, com a criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, os pequenos produtores passaram a ter mais visibilidade no campo econômico, contando com políticas públicas diferenciadas para os diferentes seguimentos do setor.

A partir dos movimentos sindicais, rurais pela valorização e investimentos na agricultura familiar, que culminou na criação do PRONAF e MDA, o tema ganhou força nas discussões sobre a importância dessas unidades produtivas para a economia brasileira e para a sociedade. Passando a ser vista como geradora de emprego e renda, através de um desenvolvimento mais sustentável, além de promover a permanência do agricultor no campo.

Apesar das iniciativas criadas pelo governo federal a agricultura familiar ainda sofre para se manter no mercado capitalista, principalmente em relação à comercialização dos seus produtos que chegam ao mercado com baixos preços. O produtor rural tem alto gasto para produzir e seus produtos têm demanda irregular no mercado, obrigando o agricultor a vender seus produtos com baixo preço. Diante desses e outros problemas, os agricultores rurais desenvolvem várias estratégias para se inserir e mante-se no mercado convencional. Uma das estratégias desses agricultores é a união dos mesmos em associações e cooperativas autogestionárias, muitas dessas organizações têm a economia solidária como base de suas atividades. Nas palavras de MEDANHA (2010) essas organizações de economia solidária

[...] destacam-se pela disseminação de valores solidários e práticas de autogestão, a não exploração dos trabalhadores, a divisão equitativa de benefícios, a produção ética e ambientalmente correta e a criação de uma rede local, regional e internacional solidária. (MEDANHA, 2010, p41).

A Economia Solidária possui uma finalidade multidimensional, isto é, envolve a dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural. A economia solidária não tem aspecto assistencialista, mas se projeta no espaço público, no qual estão inseridas, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável, (SINGER, 2002). Nessa concepção, a economia solidaria surge nos grupos associativistas rurais como uma alternativa possível de superação da exclusão social e da crise econômica que atinge o setor.

Alguns órgãos criados pelo governo federal para auxiliar na disseminação e consolidação da economia solidária no Brasil, tem as associações de agricultores rurais como foco de

iniciativas. A SENAES, o FBES e o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) foram criados e estruturados de forma a garantir a articulação entre três segmentos do movimento de Economia Solidária, que são os empreendimentos solidários, as entidades de assessoria e fomento, e os gestores públicos.

A economia solidária é vista como uma forma de humanizar o sistema capitalista promovendo nas organizações autogestionárias e autônomas transformações sociais, políticas e econômicas. As transformações sociais podem ser sentidas a partir da melhoria das condições de vida, trabalho, estudo, lazer, cultura e na comunidade na qual está inserida. As transformações políticas podem ser notadas na mudança das relações com os poderes executivo, legislativo e judiciário. Esses empreendimentos autogestionários, como as associações rurais e cooperativas, atuam na representação de seus associados, por meio da participação e do exercício da cidadania, os transformando em atores políticos. As transformações econômicas são perceptíveis na geração de trabalho e renda de forma digna.

São vários os benefícios trazidos pela economia solidária aos grupos associativistas rurais, tanto na produção e comercialização, quanto na qualidade de vida dos associados, mas os desafios hoje são maiores que os benefícios, o que requer da comunidade rural e da sociedade, em geral, uma escolha consciente de buscar caminhos próprios que atendam suas necessidades, interesses e objetivos comuns.

A plantação de árvores frutíferas, na Paraíba, é uma tradição familiar, pois os proprietários rurais sempre cultivaram frutas para sua própria alimentação. Nas últimas décadas essa prática tornou-se uma atividade comercial que vem ganhando destaque no comércio nacional e internacional. O governo do estado vem investindo nesse segmento da agricultura familiar com o objetivo de manter o agricultor no campo, através da geração de trabalho e renda.

2.3 ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E FRUTICULTORES DE NOVA FLORESTA (AFRUNOF): HISTÓRICO

Segundo o Estatuto da Associação de Agricultores e Fruticultores de Nova Floresta (AFRUNOF), foi fundada em Vinte e Três dias do mês de Maio de Dois mil e Oito, às 19:00h na sede da APROUNI- Sítio Pororoca município de Nova Floresta, Estado da Paraíba. A AFRUNOF é uma associação civil, sem fins econômicos, sem sede fixa determinada, de responsabilidades de todos os sócios, tendo como objetivo a prestação de serviços que venha

contribuir para a organização e integração social dos agricultores e fruticultores do município, melhorando a qualidade de vida das pessoas.

A Afrunof hoje conta com cerca de 40 associados, na sua maioria agricultores familiares, da cidade de Nova Floresta que produzem e comercializam frutas como o maracujá (principal produto) e goiaba, hortaliças (alface), leguminosas (feijão e fava), cereais como o milho e outros. A Afrunof objetiva melhorar as condições vida de seus associados e suas famílias através de um desenvolvimento agrícola sustentável, fazendo uso de boas técnicas para fornecer alimentos de qualidade para as comunidades.

A associação possui todos os documentos legais (estatuto, livro de Atas e demais documentos) para seu funcionamento. Percebeu-se, durante a pesquisa, que as reuniões entre os sócios são periódicas, geralmente no primeiro domingo do mês ou de acordo com as necessidades da associação, além das assembleias gerais extraordinárias, a assembleia geral ordinária também é realizada para relatório anual e eleições para diretoria e conselho fiscal a cada três anos. Diante das observações realizadas e entrevista com o Presidente da Afrunof, a gestão administrativa é feita pela diretoria (presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e conselho fiscal) e votação em assembleia. A Afrunof também conta com fundo de reserva para as despesas eventuais.

O município de Nova Floresta tem seu histórico voltado para agricultura familiar, principalmente as lavouras de subsistência (feijão, milho e mandioca), mas a fruticultura também é praticada na região desde a década de 1980, onde predominavam as culturas do cajueiro, mangueira e jaqueira. A partir da introdução do maracujazeiro, em Nova Floresta, e na região, o cultivo da fruta cresceu no Curimataú Paraibano, fazendo com que os preços caíssem devido a grande oferta de maracujá. A partir desse momento os fruticultores florestenses sentiram necessidade de se organizar para obter mais vantagens na comercialização.

Segundo as palavras de um dos sócios fundador e ex-presidente da associação:

[...] Muitas tentativas foram feitas, no entanto, sem sucesso. No ano de 2008, um grupo de agricultores buscou apoio da EMATER, através do saudoso Rui Medeiros e do SEBRAE, que por sua vez contratou técnicos ligados a UNISOL BRASIL para dar todo o suporte necessário á formação e formalização daquele grupo. (Sócio-fundador da Afrunof).

Ainda segundo as palavras desse sócio foi a partir da criação da Afrunof que começaram as conquistas. Os membros passaram a participar de vários eventos tais como seminários, congressos e feiras nacionais de fruticultura á exemplo da Feira Nacional da Agricultura

irrigada (FENAGRI) em Petrolina - PE e a Feira de Fruticultura e Agroindústria (FRUTAL) em Fortaleza - CE, além de conhecerem experiências de outras associações e cooperativas, que serviram para dar visibilidade à associação, agregar valores e conhecimento aos seus membros.

Hoje a AFRUNOF tem nos programas governamentais seu porto seguro, é através do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos- PAA que os fruticultores comercializam parte de seus produtos, estes programas são fundamentais para melhoria de renda dos agricultores e sua famílias, pois possibilita a comercialização dos produtos a preços mais justos. Uma parte da produção ainda é comercializada de forma individual no mercado local, principalmente nas feiras livres. A associação conta ainda com a parceria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) que fornece a assistência técnica, e também da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Diante das observações, durante a pesquisa, foi possível constatar na fala dos associados que os mesmos sempre buscam parcerias que auxiliem no seu desenvolvimento. Recentemente, a associação conseguiu junto ao governo do Estado, através do Projeto de Desenvolvimento do Cariri e Seridó Paraibano (PROCASE), uma unidade de seleção e embalagem de frutas, que possivelmente servirá de sede para a associação já que a mesma não possui sede fixa.

Os associados sempre buscam meios de promover a Afrunof, buscando participar das discussões pertinentes a associação, como conselhos de agricultura e conselho de alimentação escolar e outros, sempre com o intuito de melhorar a vida dos associados. Segundo seus sócios, a Afrunof vem desenvolvendo seu papel de forma satisfatória: “(...) acreditamos que aos poucos estamos ocupando nosso espaço, alcançando nossos objetivos que vão desde a produção com qualidade numa comercialização satisfatória”. (sócio-fundador).

Ainda segundo o atual Presidente da AFRUNOF o Sr. José Erivan de Sousa Costa:

“(...) a associação não tem fins lucrativos, mais é o seguinte, quando a gente ver as coisas somando, agregando valores, tem aqueles bate-bocas, porque democracia sempre tem pra poder crescer, por que o crescimento sempre tem, eu acho que tem muita coisa a somar, a crescer, a procurar, mas a gente tá buscando”. “(...) Junto sempre é mais fácil, sozinho é mais difícil (...)”. (Presidente da AFRUNOF).

Segundo as palavras do presidente e demais associados a AFRUNOF é de extrema importância para a melhoria da produção e da qualidade de vida dos associados.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa insere-se numa abordagem quanti-qualitativa, para MINAYO (2001, P22), “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

O objeto desta pesquisa é a associação de agricultores e fruticultores de Nova Floresta (Afrunof), localizada no município de Nova Floresta, Paraíba, Brasil o que caracteriza a pesquisa como estudo de caso. Segundo LUDKE E ANDRÉ (1986) o interesse do estudo de caso incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente fiquem evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar se a associação em questão desenvolve ações (ou não) de economia solidária para isso a coleta de informações iniciou-se através da observação das reuniões da associação. Segundo GIL (2007), a observação apresenta como principal vantagem, em relação a outras técnicas, a de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação. Desse modo, a subjetividade, que permeia todo o processo de investigação social, tende a ser reduzida. A primeira visita realizou-se no dia seis de novembro de 2016, esse encontro serviu para conhecer os associados e apresentar minha proposta de pesquisa. Neste encontro pude observar um pouco da dinâmica da associação.

Uma segunda coleta de dados foi realizada através da aplicação de questionários aos associados com perguntas abertas e fechadas, visando atender os objetivos específicos desta pesquisa, que são: Caracterizar os associados da Afrunof (idade, sexo, escolaridade, tempo como membro da associação, produto que cultiva e comercializa, etc.); Analisar a participação dos associados na autogestão da Afrunof e Identificar a existência de parcerias comerciais, que venham a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da associação, bem como a existência de apoio técnico ou de formação para os associados da Afrunof.

A Associação de agricultores e fruticultores de Nova Floresta possui hoje cerca de 40 associados, desse número 15 sócios responderam o questionário aplicado no dia 04 de dezembro de 2016 durante a reunião de assembleia.

Numa terceira etapa da coleta de dados, realizou-se uma entrevista semiestruturada com o presidente da Afrunof, realizada aos 11 de dezembro de 2016. Na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de reciprocidade entre quem pergunta e quem responde. A entrevista permite a captação imediata e corrente da informação desejada,

praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p.33). Juntamente com a entrevista realizou-se uma análise documental (livro de Atas, estatuto da associação, etc).

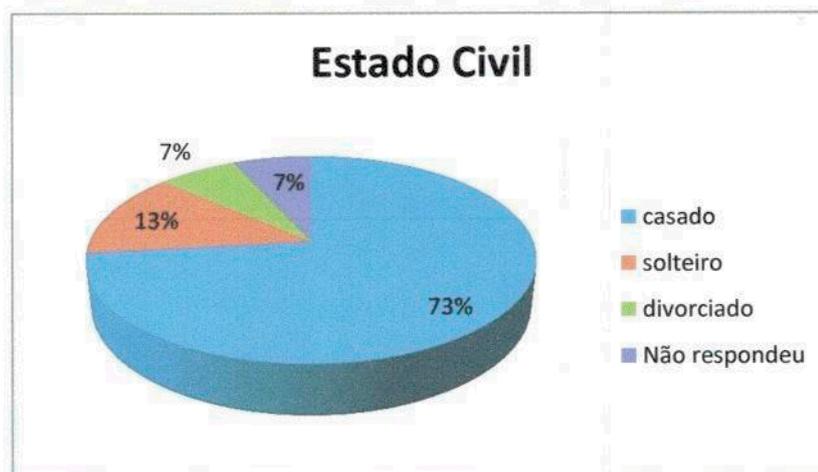
A análise dos dados será feita utilizando as ferramentas de análise de conteúdo que segundo BARDIN (1977) é conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

4 RESULTADOS E DISCURSÕES

4.1 PERFIL DOS ASSOCIADOS

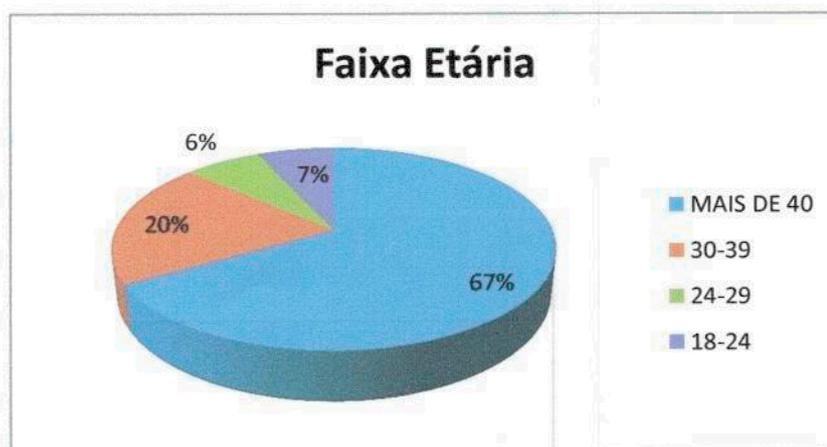
Dos 15 associados que responderam o questionário, todos são do sexo masculino (100%). Através das observações realizadas durante a pesquisa, ficou evidente a falta da presença feminina nas atividades associativistas, essa ausência pode ser constatada durante aplicação dos questionários onde apenas associados do sexo masculino responderam o mesmo. A participação da mulher no processo produtivo é muito importante. Uma participação efetiva da mulher nas atividades associativas contribuirá para a melhoria da qualidade de vida de suas famílias. A maioria são casados, 73% dos sócios (Figura 1).

Figura 1 – Percentual do Estado civil dos associados



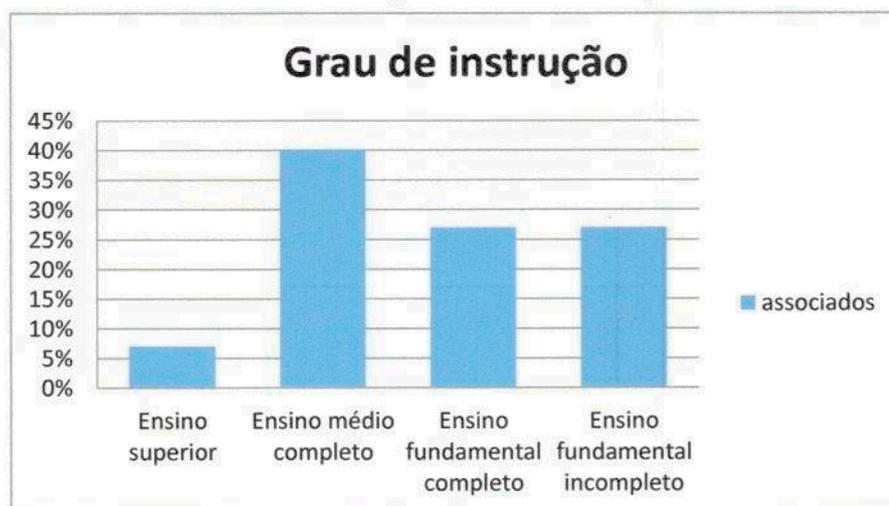
Em relação à faixa etária, a maioria possui mais de 40 anos (67%), seguido da faixa de 30 a 39 anos representando 20%, como mostra a figura 2.

Figura 2 – Faixa etária dos associados



Quanto ao nível de escolarização, 7% possui ensino superior completo, 40% tem o ensino médio completo, 27% tem o ensino fundamental completo, e 27% responderam “NÃO”, quando perguntado se já concluíram o ensino fundamental, sendo registrado como fundamental incompleto. (Figura 3)

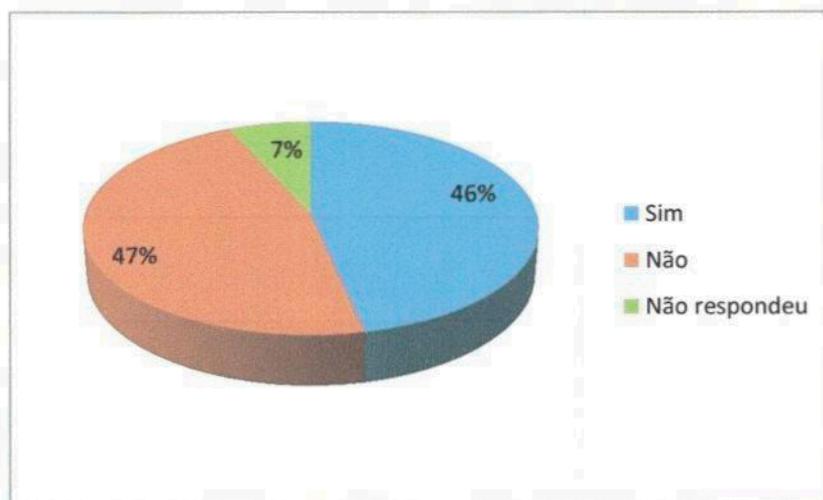
Figura 3 - Grau de instrução



A maioria dos associados entrevistados possui certo grau de instrução, isso é importante para a associação, pois facilita o entendimento das relações sociais, políticas e econômicas que ocorre dentro da associação. A falta de instrução dificulta a assimilação dos conhecimentos existente no processo educacional que ocorre nesse tipo de organização. Visto que, um considerável percentual não possui ensino fundamental completo, faz-se necessário a inserção dos mesmos no sistema educacional. Neste caso a modalidade da Educação de Jovens e adultos é uma alternativa para esses agricultores concluírem seus estudos. A proposta da EJA é dar suporte teórico atrelado a prática cotidiana de seu alunado, isso favorece a aprendizagem, contribuindo para a formação profissional e cidadã do alunado.

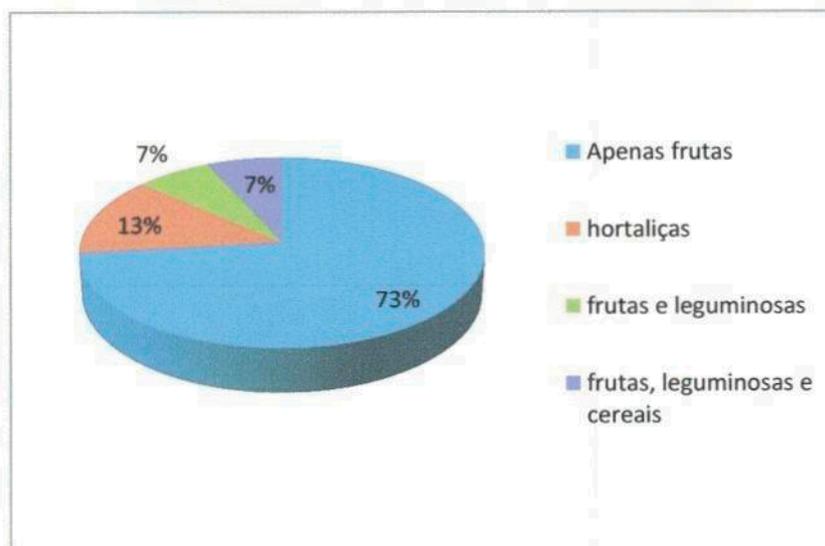
Perguntamos se os mesmos tinham outra ocupação além da agricultura, 47% responderam “NÃO”, 46% responderam que “SIM” e 7% não respondeu a questão. (Figura 4). Este resultado demonstra a fragilidade da agricultura florestense que devido a vários fatores, entre eles a seca, não é capaz de suprir as necessidades financeiras das famílias, fazendo com que as mesmas procurem outra ocupação para complementar sua renda. A associação surge nesse cenário como meio de aumentar a renda daqueles que têm a atividade agrícola como fonte de renda, visto que a mesma garanti aos associados melhores condições de competir no mercado e, conseqüentemente, garanti melhores condições na qualidade de vida

Figura 4 – percentual de associados que possui outra ocupação além da agricultura



Perguntamos aos associados que alimentos cada um produz, a maioria produz apenas frutas 73%, seguido de hortaliças 13%, frutas e leguminosas 7% e apenas 7% produz três gêneros alimentícios: frutas, leguminosas e cereais. (Figura 5).

Figura 5 – Percentual dos alimentos produzidos



Das frutas produzidas foram citadas o caju, a goiaba, o limão, a graviola e o maracujá. Sendo este último, o mais citado. O cultivo do maracujá vem crescendo, consideravelmente, nas últimas décadas, na Paraíba. A cidade de Nova Floresta esta entre as principais cidades paraibanas produtoras de maracujá (ALBUQUERQUE et al., 2009). As leguminosas citadas foram: a fava e o feijão; o cereal citado foi o milho.

Perguntamos, ainda, há quanto tempo cada sócio é membro da associação. A maioria é sócio há cerca de nove anos 53%, 7% dos sócios é membro entre 4-6 anos e 40% estão a menos de 3 anos na associação. (Figura 6). A maioria dos sócios está presente na associação desde sua criação, em 2008.

Figura 6 – Tempo como membro associado



4.2 SOBRE A ASSOCIAÇÃO

Neste subitem, analisaremos as questões referentes à associação. A identidade dos sujeitos foi preservada, e usamos um código para identificar cada um dos entrevistados, a palavra Agricultor seguida de um número de ordenação. Os resultados estarão em números absolutos.

Quando perguntamos aos associados se a **Afrunof cumpre com as finalidades para as quais ela foi criada**, 13 dos associados responderam que sim, apenas 2 responderam que não.

Segundo o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) uma associação legalmente registrada possibilita a seus associados ter voz e se fazer ouvir na sociedade e nos espaços de decisão pública, como os conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável, de educação, de saúde, de segurança, de meio ambiente, entre outros. De acordo com os membros da Afrunof, a mesma vem cumprindo o seu papel de lutar pelos interesses dos associados, no que se refere a prestação de serviço, a assistência técnica, cultural e educativa aos seus associados.

Quando perguntamos se **os associados participam das decisões da associação** todos responderam que sim. Constatou-se durante a pesquisa que as decisões na AFRUNOF são

discutidas coletivamente e decidida através do voto. No empreendimento autogestionário não existe patrão nem empregado, todos os trabalhadores são donos e gerentes do negócio, isso contribui para um comprometimento maior com os resultados por parte dos associados, seja para dividir os ganhos ou também as perdas. O comprometimento com os resultados garante a sustentabilidade do empreendimento.

No seu texto Singer (2002), diz que os empreendimentos solidários são caracterizados pela autogestão e participação democrática de seus membros. Distinguindo, desta forma, os empreendimentos baseados no capitalismo onde a heterogestão é o meio de gerir o negócio. A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e de decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. (SINGER, 2002 p. 21)

Para averiguarmos a contribuição da associação na vida dos associados, perguntamos a eles **qual importância da associação na sua vida**, de acordo com os mesmos, a importância da associação está no fato de a mesma facilitar a comercialização dos seus produtos (6 respostas):

“Facilita o comércio dos produtos.” (Agricultor 2)

“Ajuda na comercialização dos nossos produtos...” (Agricultor 3 e 10)

Os agricultores citam ainda dois outros benefícios trazidos pela associação: a aquisição de conhecimento e a troca de experiência.

“Na melhoria dos meus conhecimentos, experiência no associativismo (...).” (Agricultor 12)

“A associação é importante porque abre portas para os produtos rurais, havendo a troca de ideias e experiências sobre assuntos voltados a agricultura”. (Agricultor 14).

“(...) cada encontro eu tiro minhas dúvidas e acrescento mais conhecimento”. (Agricultor 15)

O associativismo possibilita um aprendizado contínuo, uma vez que é um espaço de convivência e relacionamento entre os seus integrantes. Uma organização baseada no coletivo proporciona a descoberta de inúmeras possibilidades de ajuda mútua e cooperação.

Quando perguntamos **como é feita a gestão da Afrunof**, a maioria respondeu que a gestão na associação é realizada pela diretoria (11 respostas) composta de presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, comissão fiscal e através da participação dos associados (7 respostas).

“É feita reuniões mensais e discutidas entre sócios”. (Agricultor 3)

“Através da diretoria com os associados” (Agricultor 5)

Constatou-se, nas falas dos associados, que a gestão administrativa é realizada pela diretoria. A diretoria da Afrunof é escolhida a cada três anos através de votação individual dos membros associados. Compete à diretoria propor normas, orientar e controlar todas as atividades e serviços da associação. Compreender como é realizada a gestão nas associações é fundamental para que percebamos se essa organização está contribuindo ou não para a formação politico-cidadã de seus membros.

Perguntamos ainda **como é feita a comercialização dos seus produtos**. A maioria respondeu que a comercialização é feita pela a associação (9 respostas), através de programas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA¹ e o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE:

“PNAE, PAA (...)” (Agricultor 4)

“Eles são entregues na associação para distribuir aos órgãos recebedores” (Agricultor 6)

“Através de projetos como, por exemplo, o PAA” (Agricultor 8)

“(...) repasso pro PNAE e PAA (...)” (Agricultor 10)

A associação tem hoje trinta e três agricultores fornecendo alimentos para o PAA. Dentre os alimentos fornecidos, estão o maracujá, a goiaba, a abobrinha, o milho verde, macaxeira, couve-flor, alface, laranja e beterraba. Os alimentos são selecionados pelos produtores e entregue aos órgãos recebedores: assistência social de Nova Floresta, assistência social de cuité e ao serviço social do comercio (SESC) – campina grande/PB. O pagamento é repassado para a associação e da associação para o produtor. Do valor recebido do PAA, 5,85% fica na associação para compor o fundo de reserva, juntamente com uma contribuição mensal facultativa dos associados, no valor de quatro reais.

A AFRUNOF fornece alimentos para o PNAE municipal e estadual, mas em menor proporção devido à demanda de alimentos que a associação não contempla.

Além de promover uma comercialização ao um preço mais justo, esses programas contribuem também para o desenvolvimento do município. Como políticas públicas o PAA e o PNAE têm sido caminhos viáveis para a melhoria das condições de vida das populações mais carentes, além de contribuir para educar os consumidores para um consumo mais

¹ O PAA E PNAE são programas do governo federal que visa promover o acesso a uma alimentação mais saudável pela população carente e incentivar a agricultura familiar, através da compra do excedente do produtor. Isso contribui para incentivar a produção em larga escala do produtor rural e também para desenvolver boas praticas de comercialização.

consciente. Uma comercialização mais justa e um consumo consciente também abrangem as propostas da economia solidária. Segundo MANCE (2003) A prática do consumo crítico possibilita a construção de uma nova economia que distribui a renda de maneira justa, e preserva o meio ambiente.

A venda de produtos para os programas federais aumenta a renda dos agricultores, pois o programa funciona através da compra direta dos produtos aos produtores, minimizando a presença do atravessador. Apesar da associação fornecer alimentos para o PNAE e PAA ficou evidente a presença do atravessador, como intermediário na comercialização dos produtores da Afrunof. O atravessador foi citado em 6 respostas:

“Por meio de atravessadores” (Agricultor 2)

“vende para o atravessador” (Agricultor 15)

Neste item ainda foram citados a venda dos produtos no mercado local (feira livre) e externo.

“(...) o excedente no mercado local” (Agricultor 4)

“vendo uma parte na feira livre (...) (Agricultor 9)

“Para o mercado externo (natal e recife)” (Agricultor 12)

Como forma de averiguar se a associação contribuiu para a formação técnica dos seus associados, perguntamos aos mesmos se **já tinham feito ou faziam algum curso de capacitação ou aprimoramento das suas técnicas agrícolas? Quais?** A maioria respondeu que sim (9 respostas) e 5 sócios responderam que não.

Dos cursos (ou capacitações) foram citados: fruticultura (1), negócio certo (1), técnico agrícola (1), empreender rural (1) administração rural, associativismo (1), cooperativismo (1), apicultura (3), avicultura (1), caprinocultura (1), piscicultura (1) e irrigação de plantio (2).

A qualificação profissional é imprescindível para a autonomia do agricultor no mercado comercial. Essa qualificação é necessária uma vez que o produtor precisa manter e até mesmo melhorar a qualidade de seus produtos. Geralmente, o pequeno produtor rural faz uso do ensinamento passado de geração em geração para desenvolver suas atividades agrícolas. Essa educação popular é válida, mas nos dias atuais as novas técnicas e tecnologias são necessárias para o melhoramento na qualidade e na quantidade das produções.

Gadotti no texto a “Economia solidária como práxis pedagógica” 2009, diz que “a qualificação do trabalhador aprimora a sua formação geral e pode desenvolver, se for oferecida a partir de uma visão emancipadora, uma cultura de solidariedade, de paz e de

sustentabilidade”. Os cursos de capacitação e aprimoramento contribuem para a formação técnica e social dos associados, essas formações competem à educação não formal podendo ser oferecidas fora das escolas, em sindicatos, associações e outros locais. Essa formação técnica e social é importante, pois, contribui para a inclusão social e para um desenvolvimento ambientalmente sustentável. A sustentabilidade econômica e ambiental é uma das propostas da economia solidária.

Entendemos por desenvolvimento sustentável e solidário:

“(…) um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma”. (Singer, 2004)

Perguntamos **o que era associativismo** para os associados. A maioria define associativismo como sendo a união de um grupo de pessoas com um objetivo comum (7 respostas)

“É um grupo de pessoas que se reúne em pró de um objetivo que atende a todos.”

(Agricultor 6)

“É a união de um grupo de indivíduos com a finalidade de buscar melhorias para um bem comum”. (Agricultor 12)

“São associações de trabalhadores rurais que trabalham unidos para um bem maior”.

(Agricultor 13)

“É a união de um grupo de pessoas” (Agricultor 15)

Ficou expressa na fala dos associados que o associativismo não é apenas um grupo de pessoas unidas, mas que essas pessoas buscam um interesse comum, através do coletivo.

“Trabalho coletivo visando um bem comum.” (Agricultor 1).

Segundo JUNIOR (2007, p.10) “uma associação é entendida como qualquer iniciativa informal ou formal que reúna pessoas físicas ou jurídicas com objetivos que também sejam comuns, viabilizando superar as dificuldades gerando consigo benefícios para os seus associados”. O trabalho associativo é um caminho para o crescimento econômico e social das comunidades. O associativismo e a economia solidária surgem como alternativas capazes de promover ações que possibilitem a sustentabilidade econômica das comunidades através da

disseminação e agregação de valores como cooperação e solidariedade. O espírito de união presente, intrinsicamente, nas organizações associativas, age como força indutora que modifica os pensamentos e ações individualistas e abre caminhos para a incorporação de valores mais humanitários.

O associativismo contribui também para o conhecimento e aperfeiçoamento das produções desses agricultores. Nessa perspectiva, o trabalho associado pode ser visto como uma práxis pedagógica capaz de formar cidadão mais críticos e conscientes.

O conceito de associativismo como entidade sem fins lucrativos foi citado em duas respostas:

“É uma entidade sem fins lucrativos que ajuda melhorar a vida dos seus associados e agregar valores.” (Agricultor 8)

“É uma entidade sem fins lucrativos que é fundada para melhorar e agregar valores de agricultura familiar” (Agricultor 10)

Indagamos ainda se **os associados já ouviram falar em economia solidária e o que eles entendiam sobre o assunto**. Sete (7) pessoas responderam que já ouviram falar do assunto, mas duas não souberam dizer o que entendiam sobre economia solidária:

“Falta informação” (Agricultor 1)

“Já ouvi falar do assunto mais não entendo. Já ouvimos uma palestra sobre o assunto.” (Agricultor 9)

E duas pessoas responderam citando o conceito de economia solidária:

“Sim, apesar de não ter se inteirado do assunto, creio que seja um modelo onde todos os agentes envolvidos possam buscar o crescimento de forma conjunta.” (Agricultor 12).

“Sim, é um jeito diferente de produzir, fornecer e trocar bens que sejam necessários para o sustento familiar”. (Agricultor 14)

Sete (7) pessoas responderam que não ouviram falar em economia solidária e uma (1) pessoa não respondeu a indagação.

Apesar de alguns responderem a questão tentando aplicar o conceito de economia solidária, os dados acima nos mostram que mesmo dentro de associações formais o conceito de economia solidária é relativamente novo. Na maioria dos empreendimentos, os valores de ECOSOL são praticados de forma implícita. A solidariedade, a coletividade e a autogestão

são praticadas pelos associados nos mais diversos empreendimentos, mas os mesmos não conhecem esses valores por meio de conceitos.

Segundo Paul Singer (2005, p.19), ‘a única maneira de apreender a construir a economia solidária é praticando-a, mas seus valores fundamentais precedem sua pratica’. Não é preciso pertencer a uma cooperativa ou empreendimento solidário para agir solidariamente. Para Singer, a solidariedade e a cooperação é frequentemente praticada no campo político, sobretudo nas lutas de classes menos privilegiadas. Singer (2002) destaca em seu texto que o crescimento dos empreendimentos solidários no Brasil se deve justamente a resistência da classe trabalhadora á crescente exclusão social advinda da produção capitalista.

Vista como uma modo de produção alternativo, capaz de gerar trabalho e renda de modo sustentável (SINGER, 2002; GADOTTI, 2009) a economia solidária vem ganhando destaque nos debates acadêmicos brasileiros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos esse estudo sobre a Afrunof e sua relação com a economia solidária, podemos observar nas ações da associação indícios de economia solidária. Os valores de ECOSOL são praticados na associação de forma implícita pelos associados, pois os mesmos não entendem a economia solidária, mesmo que o tema já tendo sido abordado na associação.

A Afrunof é caracterizada como uma associação autogestionária, mas apesar de seus membros terem direito a participar das decisões, observou-se, durante a pesquisa, uma concepção política ainda tímida dos associados, demonstrada no pouco envolvimento dos associados nas discussões pertinentes ao funcionamento, organização e administração da Afrunof, deixando essas questões a cargo principalmente da diretoria, demonstrando pouca compreensão dos associados enquanto organização coletiva democrática e participativa.

Quanto ao processo educacional, a associação tem proporcionado aos seus sócios o conhecimento técnico necessário às atividades produtivas, buscando sempre orientações e capacitações referentes ao processo produtivo junto aos órgãos governamentais. A Afrunof buscar promover ações de fortalecimento da mesma, enquanto associação, buscando representar os interesses dos associados junto a entidades de apoio governamentais, o que pode ser constatado na assistência técnica rural da EMATER-PB, desde o início da fundação da associação e da recente conquista dos mesmos junto ao PROCASE, uma unidade de seleção e embalagem de frutas. A Afrunof busca contemplar nas suas ações as questões conceituais do que venha ser uma associação democrática e participativa, incentivando seus membros a participar das questões políticas referentes não apenas a associação, mas também a comunidade em geral, a exemplo a Afrunof possui membros no conselho municipal de merenda escolar. No que compete à educação informal, percebeu-se durante a pesquisa uma interação entre os associados bastante perceptível, o que facilita e promove a troca de saberes entre os mesmos. A aquisição de conhecimentos oriundos das interações socioculturais deve ser mais estimuladas e valorizadas pela associação.

No que se refere a comercialização dos produtos, a associação conta com as parcerias do PAA E PNAE, o que facilita o processo de comercialização pelos agricultores. Esses programas estimulam a produção sustentável por parte dos produtores rurais, desenvolvendo ações educativas de preservação ambiental e consumo consciente. O excedente é comercializado de forma individual e o lucro também é individual. Os associados que possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) tem acesso às políticas de crédito do PRONAF. É imprescindível destacar que a agricultura familiar é fundamental para a

permanência dos agricultores no campo e para a preservação das relações sociais que ocorre nas comunidades rurais. A agricultura familiar está ligada a identidade social desses agricultores e a questões político-econômicas dos municípios paraibanos, já que a agricultura é a base da economia da maioria dos municípios. Sendo assim, faz-se necessário investimentos na agricultura Florestense para que desenvolva seu potencial, superando seus limites e promovendo uma agricultura sustentável que traga benefícios para as famílias e a região.

Quanto às questões associativistas e a economia solidária, esses modelos econômicos apresentam-se como alternativas reais de desenvolvimento econômico para trabalhadores que buscam uma estabilidade econômica por meio do trabalho coletivo. Os empreendimentos autogestionários vêm ganhando visibilidade no setor econômico brasileiro, não apenas como meio de superar a crise do sistema capitalista, mas como alternativa que garanta a sobrevivência humana por meio de um desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável. Tanto o associativismo quanto a economia solidária são meios de promover a inclusão social dos trabalhadores rurais na sociedade.

Os valores de economia solidária estão presentes na Afrunof, na forma como ela é gerida, na relação de ajuda mútua e união entre os associados, perceptível na fala dos associados quando os mesmos relatam sobre as dificuldades enfrentadas no início da criação da associação, mas esses valores precisam ser melhor estimulados de modo que ultrapassem as portas da associação e cheguem a comunidade local, promovendo no município uma transformação social, política e cidadã. Na falta de políticas públicas efetivas na região, a economia solidária pode tornar-se uma alternativa para os pequenos produtores por si tratar de uma nova forma de fazer economia. Através de um empreendimento econômico solidário, definido como aquele em que atividade econômica de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, é organizado sob a forma de autogestão, uma comunidade pode superar os obstáculos advindos do mercado capitalista e promover um desenvolvimento sustentável que gere renda e contribua para a emancipação do cidadão.

No entanto, apontamos alguns obstáculos a serem superados pela associação, o estímulo a participação das mulheres nas atividades associativas, pois percebeu-se durante a pesquisa uma ausência da presença feminina. O incentivo aos associados a voltarem para a escola para que possam concluir seus estudos e assim despertar para uma consciência mais crítica autônoma e participativa. A Afrunof tem potencial para superar esses desafios, pois a mesma vem desenvolvendo ao longo de quase nove anos um trabalho bastante significativo na vida dos associados. A Afrunof pode ser considerada um exemplo de organização associativista na

região, uma vez que vem atendendo as expectativas e aspirações dos seus associados, garantindo a esses produtores assistência técnica especializada, um nicho de mercado garantido para a comercialização dos produtos a preço mais justos, proporcionando uma melhor condição de renda e a manutenção dos mesmos no campo. Ao final do estudo podemos concluir que a Afrunof enquanto entidade associativa mostra um desenvolvimento forte como grupo coletivo, buscando sempre incentivar o respeito, a coletividade e a solidariedade nas suas atividades e na relação com a comunidade em geral, necessitando receber mais atenção do poder público e órgãos de fomento a economia solidária para que possa atingir seu potencial enquanto organização que busca um modelo de produção mais justo socialmente.

Ao final deste trabalho, podemos concluir que o associativismo é um importante instrumento para a melhoria da qualidade de vida para os que o praticam, seja no aspecto social e/ou financeiro, visto que as relações que se criam dentro dessas organizações associativistas são de base solidária e coletiva, promovendo um desenvolvimento mais justo e sustentável, sendo assim, considero este trabalho de importante relevância para estudos acadêmicos nas temáticas sobre associativismo e economia solidária.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e uso do solo**. São Paulo em Perspectiva, abr/jun, vol. 11, nº 2:73-78, 2004.

ALBUQUERQUE, I.C; CAVALCANTE, L.F; LOPES, E.B; ARAÚJO, R.C; BRITO, C.H. **Efeito de Diferentes Podas em Ramos Produtivos no Rendimento do Maracujazeiro Amarelo**. *Engenharia Ambiental*, v. 6, p. 577-593, Dezembro 2009. Disponível em: ferramentas.unipinhal.edu.br/engenhariaambiental/include/getdoc.php?id=906... Acesso em: 06 de Abril de 2017.

ARRUDA, Marcos. Redes, educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a Educação de Jovens e Adultos. In: **Economia solidária e educação de jovens e adultos** / Sonia M. Portella Kruppa, organização. – Brasília: Inep, 2005.104p.

ASSOCIATIVISMO RURAL. Disponível em: www.agricultura.gov.br. Acesso em: 01 de maio de 2016.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 226p.

BRANDÃO, C.R. A educação popular e a educação de jovens e adultos: antes e agora. In.: MACHADO, M. M.(org) **Formação de educadores de jovens e adultos**. II Seminário Nacional. Brasília: Secad/MEC, UNESCO, 2008. p. 17-56. Disponível em: <http://forumeja.org.br/files/livrosegsemi.pdf>. Acesso em: 01.fev.2017.

BRASIL. **Artigo 53**. Código Civil. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em 20 de abril de 2016.

BRASIL. **Decreto nº 7.358, de 17 de Novembro de 2010** . Casa civil. Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7358.htm. Acesso em: 22 de janeiro de 2017.

BRASIL. **LEI FEDERAL Nº 11.326/06 de 24 de Julho de 2006**. Casa Civil. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 21 de dezembro 2016.

CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro; SCHNEIDER, Sérgio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XLII**, 2004, Cuiabá. Anais... Cuiabá, 2004. Disponível em: <http://sober.org.br/?op=paginas&tipo=pagina&secao=7&pagina=40>. Acesso em: 21 de dezembro 2016.

CIDADES. **IBGE**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Disponivel em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=251010&search=paraiba|nova-floresta>. Acesso em: 12 de maio de 2016.

CIRANDAS. **Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Disponível em: <http://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>. Acesso em: 29 de Abril de 2016.

ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: www.portal.mte.gov.br. acesso em: 01 de maio de 2016.

ECOSOL. Base brasil. Cooperativa central de apoio ao sistema Ecosol no DF. **Economia solidária**. 2016. Disponível em: <http://www.ecosolbasebrasil.com.br/index.php/economia-solidaria/videos/>. acesso em: 22 de abril de 2016.

GADOTTI, MOACIR. **Economia solidária como práxis pedagógica** / Moacir Gadotti. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

JUNIOR. Everaldo de Mendonça. **Associativismo e comercialização: o legado da Economia Solidária na Associação de Agricultores e Fruticultores de Nova Floresta-PB**. P.10, 2017. Monografia. Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, Universidade Federal de Campina Grande, 2017.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social. In: **Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação** / Organizadores: Gabriel Kraychete, Katia Aguiar. – São Leopoldo: Oikos, 2007. 176p.

LÜDKE, M. ANDRÉ, M E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo. EPU, 1986.

MANCE, Euclides. Redes de economia solidária. In: **Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães – Economia Solidária**. Salvador: Fundação Luís Eduardo Magalhães. Salvador. FLEM. 2003.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Associativismo**. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – 2. ed. – Brasília : MAPA/SDC/DENACOOP,2008.Disponível em:<http://www.agricultura.gov.br/.../editConsultaPublicacaoGrupo1.do?...associativismo> . Acesso em: 29 de abril de 2016

MEDANHA, José Francisco. **Economia solidária e agricultura familiar**. Revista Científica do ITPAC. Volume 3. Número 3. Julho de 2010. Disponível em: <http://www.itpac.br/arquivos/Revista/33/5.pdf>.

MESQUITA, Livia Aparecida P. MENDES. Estevane de Paula Pontes. **Agricultura familiar, trabalho e estratégias: a participação feminina na reprodução socioeconômica e cultural**. Espaço em revista. vol. 14 nº 1 jan/jun.2012 páginas: 14 –23. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/download/19382/11270>. Acesso em: 21 de Dezembro de 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PARAÍBA. **Atlas Escolar.** Janete Lins Rodrigues. João Pessoa. Grafest. 2002. 3° ed. 112p.

RANGEL, Roney Rezende. **Economia solidária e ação governamental no Brasil: o município de São José dos Campos/SP.** Roney Rezende Rangel. Orientadora: Profª: Dra. Friedhilde Maria kustner Manolescu. São José dos Campos 2010. Tese de mestrado.

SEBRAE. **Agronegócio fruticultura.** Boletim de inteligência. 2015. Disponível em: [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/64ab878c176e5103877bfd3f92a2a68f/\\$File/5791.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/64ab878c176e5103877bfd3f92a2a68f/$File/5791.pdf). Acesso em 27 de janeiro 2017

SENAR. **Serviço nacional de Aprendizagem Rural Associações rurais: práticas associativas, características e formalização / Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.** -- Brasília: SENAR, 2011.

SINGER. Paul. **Introdução à Economia Solidária.** 1° ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002a.

SINGER, P. I. Economia solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.116-125.

SINGER. Paul. **Desenvolvimento: significado e estratégia.** Texto para discussão, Brasília: TEM/SENAES, 2004.

SINGER, Paul, 2005. A economia solidária como ato pedagógico. In: Kruppa , Sonia M. Portella (org.). **Economia solidária e educação de jovens e de adultos.** Brasília: Inep/MEC, p.1520. Disponível em: http://www.sociedadeesemear.org.br/arquivos/20111031160446_economiasolidariaeeduca%C3%A7%C3%A3odejovenseadultos.pdf. Acesso em: 22 de dezembro de 2016.

TERRITÓRIO DO CURIMATAÚ. Resumo executivo 2010–2020. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável** – ptdrs. Território do Curimataú. Paraíba 2010.

UNISOL BRASIL. **Comércio justo e solidário.** Caderno 1 da Série “Trocando Ideias”. Instituto Marista de Solidariedade. 2010. Disponível em: <http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2011/08/cartilha-comercio-justo-solidario.pdf> . Acesso em: 25 de outubro 2016.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Fonte: Maria de Lourdes L. farias (2016/2017)



(Figura 1) – Reunião de Assembleia em 06/11/2016.



(Figura 2) – Aplicação do questionário em 04/12/2016



(figura 3) - Foto com o Presidente da Associação SR. José Erivan de Souza Costa e associados. (05/03/2017)



(Figura 4) – reunião de assembleia (05/03/2017)



(Figura5) – Material de divulgação da associação.